

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA****ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2026**

Ao dia vinte e sete do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dez horas, os membros do comitê de investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, reuniram-se para discutir, deliberar e aprovar os seguintes objetos da pauta: **Retorno da carteira de investimento no mês de junho; Alocação de recursos provenientes de contribuições previdenciárias; Alocação de recursos provenientes de vencimento de títulos públicos; Realocação de recursos provenientes de parecer de análise do segmento de renda fixa.** Com registro da existência do quórum regimental necessário, constatada a presença dos membros Camila Pires de Sá Mariz Maia, Yuri Veiga Cavalcanti, Werton José Cabral Rodrigues Filho, Ayrton Ciraulo Neto e Suzana Sitônio de Eça, deu-se por aberta a 7ª Reunião Ordinária do COI IPMJP. Registrou-se ainda a presença da Sra. Caroline Ferreira Agra, Superintendente do Instituto, do Sr. Carlos Eduardo, economista do Instituto, do Sr. Samuel Norat, membro da Assessoria de Investimentos, e do Senhor Felipe Mafuz, representante da empresa de consultoria LEMA. Inicialmente, o Sr. Ayrton Ciraulo deu as boas-vindas e adentrou na pauta dos resultados auferidos no mês de junho de 2026 bem como das resoluções da reunião anterior, qual seja, a alocação de recursos direcionada à aquisição de títulos públicos da modalidade NTN-B para o vencimento 2060. Passando adiante, o Sr. Carlos Eduardo apresentou breve avaliação do cenário macroeconômico, com ênfase no ambiente externo. Destacou a fragilidade da trégua estabelecida no conflito do Oriente Médio entre Estados Unidos e Irã, bem como seus impactos sobre o preço do petróleo, que voltou a atingir valores acima dos US\$90 dólares em julho. No

ambiente interno, ressaltou os dados do IPCA de Junho, alta de 0,16%, abaixo das expectativas de mercado, com sinais de arrefecimento da atividade econômica, o que pode oferecer espaço para novos cortes da taxa Selic. Concluiu com comentários sobre as novas tarifas impostas pelos EUA e seus possíveis impactos sobre o PIB de 2026. Em seguida, o Sr. Ayrton passou à sugestão de alocação de recursos provenientes do repasse das contribuições previdenciárias, no valor estimado de R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais), do vencimento de Título Público em 15/08/2026 no valor aproximado de R\$ 35.400.000,00 (trinta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e do saldo remanescente da última aquisição de Títulos Públicos no valor de R\$ 272,71 (duzentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), perfazendo a quantia total de, aproximadamente R\$ 43.200.272,71 (quarenta e três milhões duzentos mil duzentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos). Cumpre ressaltar que os valores acima estão sujeitos a alterações. No que se refere ao montante proveniente do repasse das contribuições previdenciárias, a sugestão previamente apresentada pelo Sr. Ayrton fora para aquisição total do montante em NTN-B para o vencimento que o comitê julgasse mais adequado ao analisar o quadro de distribuição sugerido pelo estudo ALM 2026. Previamente os membros consideraram a escolha para o vencimento 2060 tendo em vista o “gap” extenso frente ao estudo ALM, bem como a possibilidade de seguir adquirindo vencimentos longos para se garantir um cumprimento de meta prolongado. Antes que fosse aberta a discussão, passou-se a palavra ao Sr. Felipe para que trouxesse a sugestão de alocação da consultoria e fizesse as pontuações que julgasse necessárias. Ao mapear a estratégia da carteira junto às nuances macroeconômicas chegou-se a conclusão que a NTN-B 2060 seria o produto mais adequado e, por consequência, a sugestão da consultoria. A escolha do título público e seu vencimento se daria principalmente em virtude do risco soberano envolvido e a abertura para aquisição de vértices prolongados em acordo ao que orienta o estudo ALM. Devolvida a palavra ao comitê, os membros concordaram com o raciocínio e antes que fosse aberta a votação, a Sra. Suzana pediu a palavra e ponderou a necessidade em se considerar a aquisição do montante para Letra Financeira, tendo em vista não apenas o atual descolamento marginal da estratégia alvo traçada na política de investimentos, mas também a possibilidade do ativo bancário conferir maior contribuição para o cumprimento de meta no curto prazo.

Em resposta, os Senhores. Ayrton e Yuri reforçaram que o descolamento marginal da estratégia alvo não vincula o comitê como ocorreria em hipótese de desenquadramento e que eventualmente, ao tempo do vencimento da Letra mencionada, o comitê tornará a adquirir ativos bancários em observância à estratégia traçada, e pontuaram também que uma aquisição parcial de Letra Financeira não faria grande diferença ao cumprimento de meta quando observado sua participação percentual no patrimônio do fundo previdenciário. Ato contínuo, finalizada a votação, **por quatro votos a um, os membros do comitê optaram pela aquisição integral de Títulos Públicos da modalidade NTN-B para o vencimento 2060, vide repasse de contribuições previdenciárias**, sendo o voto vencido o da Sra. Suzana. Em seguida, separadamente, os membros abriram votação para deliberar a alocação referente ao saldo do vencimento dos títulos públicos NTN-B que ocorrerá ao dia 15 de agosto. Tendo em vista o interesse do comitê em prover eficiência para a alocação, os membros optaram por antecipar a deliberação para que o valor não ficasse ocioso à espera de nova reunião ordinária. Desta forma, ainda havendo abertura vertiginosa para aquisição de nova NTN-B 2060, sob a mesma justificativa e ratificada pela consultoria, os membros do comitê sinalizaram para nova aquisição do vértice 2060. Finalizadas as ponderações, os membros abriram votação e, **por unanimidade, os membros do comitê optaram pela aquisição de Títulos Públicos da modalidade NTN-B para o vencimento 2060, vide saldo de vencimento de títulos públicos**. Adiante, o Sr. Felipe pediu a palavra e ratificou a escolha da NTN-B, e convalidou todo o argumento proposto pelos membros, uma vez que a escolha por títulos públicos estaria em consonância com o perfil do RPPS atendendo ao binômio oportunidade e conveniência, e reforçando a sustentabilidade do regime respeitando as diretrizes previamente estabelecidas. Passando adiante, adentrou-se à pauta da realocação de recursos no segmento de renda fixa, vide parecer de análise solicitado junto à consultoria. Cumpre mencionar que o parecer fora solicitado para que fosse feita uma análise da atual posição da carteira no segmento de modo a conferir maior eficiência e rentabilidade atrelada a baixo risco. Passada a palavra ao Sr. Felipe Mafuz, este apresentou o parecer elaborado destacando o perfil e enquadramento dos fundos solicitados à análise, quais sejam, **“BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID”** (CNPJ: 11.328.882/0001-35); **“BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF”** (CNPJ:

63.197.387/0001-38); **“BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC”** (CNPJ: 13.077.418/0001-49); **“BB RF DI Títulos Públicos”** (CNPJ: 11.046.645/0001-81); **“BB RF LP Corporate Bancos”** (CNPJ: 18.060.364/0001-22); **“ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO RF”** (CNPJ: 32.972.942/0001-28); **“ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FIC FI”** (CNPJ: 06.175.696/0001-73). Adiante apresentou um comparativo entre os fundos em matéria de retorno e volatilidade. Ao final, pontuou aos membros às conclusões tiradas das análises e consequentes sugestões de realocação. Em suas considerações, sob o pretexto da eficiência e rentabilidade a consultoria sugeriu o resgate do fundo **“BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF”** limitado ao montante que não comprometa o fluxo habitual de transferências em baixa automática conferido pelo fundo, para posterior aplicação no fundo **“BB RF DI Títulos Públicos”** por se tratar de fundo referenciado em títulos públicos com maior eficiência e rentabilidade líquida dentro do enquadramento dada sua massiva exposição em títulos públicos pós fixados (art. 7, I da Res. CMN 5.272/2025); ou aplicação no fundo **“BB RF LP Corporate Bancos”** caso o comitê considerasse a possibilidade de se buscar um produto semelhante porém minimamente carregado de crédito bancário de alto rating, o que lhe confere uma rentabilidade ainda maior, contudo pertencente a outro enquadramento (art. 7, V da Res. CMN 5.272/2025). Também fora facultado ao comitê o resgate do fundo **“BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID”** para posterior aplicação no fundo **“BB RF DI Títulos Públicos”** ou **“BB RF LP Corporate Bancos”** uma vez que a posição em títulos pós fixados de ambos os fundos têm apresentado uma relação risco retorno mais atrativa que a estratégia pré-fixada no curto prazo. Uma outra opção trazida pela consultoria foi o resgate do fundo **BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC** para posterior aplicação no fundo **BB RF LP Corporate Bancos**. Neste caso, tratando-se de dois fundos pertencentes ao mesmo enquadramento e de rentabilidade marginalmente idêntica, a justificativa reside no fato do primeiro fundo estar desenquadrado face a Res. CMN 5.272/2025, e o instituto cumprir o prazo de adequação em período hábil. Por fim, também ficou facultado aos membros a opção pelo resgate do fundo **“ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO RF”** para posterior aplicação no fundo **“ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FIC FI”** haja vista também a melhor relação risco retorno apresentada pelo fundo passivo. Desta forma, devolvida a palavra ao comitê, os membros evidenciaram todo o conteúdo do

parecer e convalidaram os argumentos nele apresentados. Antes que fosse aberta a votação, o Sr. Yuri pediu a palavra para fazer uma ressalva no que se refere à realocação que envolveria o resgate do fundo **BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID**, alegando que faria sentido manter o capital investido na estratégia pré-fixada tendo em vista que, em breve, o panorama macroeconômico sugere um ciclo de queda para a taxa selic. Desta forma, os títulos pré-fixados de até um ano poderiam auferir maior rentabilidade à carteira se comparado ao pós-fixado durante o ciclo de queda. Convencidos do argumento apresentado, os demais membros concordaram com a ressalva trazida pelo Sr. Yuri e resolveram abrir votação a respeito da realocação no segmento de renda fixa. Ao final da votação, **por unanimidade, os membros do comitê aprovaram as seguintes movimentações:** resgate total do fundo “**BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF**” (CNPJ: 63.197.387/0001-38), nas contas 12547-4, 12852-x e 14743-5, para posterior aplicação no fundo “**BB RF LP Corporate Bancos**” (CNPJ: 18.060.364/0001-22); resgate total do fundo “**BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC**” (CNPJ: 13.077.418/0001-49) na conta 12852-x, para posterior aplicação no fundo “**BB RF LP Corporate Bancos**” (CNPJ: 18.060.364/0001-22); resgate total do fundo “**ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO RF**” (CNPJ: 32.972.942/0001-28) para posterior aplicação no fundo “**ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FIC FI**” (CNPJ: 06.175.696/0001-73).

Membros do Comitê de Investimentos	Aquisição: NTN-B 2060 vide Contribuições Previdenciárias;
Ayrton Ciraulo Neto	Aprovado
Camila Pires de Sá Mariz Maia	Aprovado
Werton José Cabral Rodrigues Filho	Aprovado
Yuri Veiga Cavalcanti	Aprovado
Suzana Sitônio de Eça	Aprovado

Membros do Comitê de Investimentos	Aquisição: NTN-B 2060 vide saldo de vencimento de Títulos Públicos NTN-B;
Ayrton Ciraulo Neto	Aprovado
Camila Pires de Sá Mariz Maia	Aprovado
Werton José Cabral Rodrigues Filho	Aprovado
Yuri Veiga Cavalcanti	Aprovado
Suzana Sitônio de Eça	Aprovado

Membros do Comitê de Investimentos	Realocação Renda fixa: I. Resgate: BB PREVID FLUXO SOBERANO RF (CNPJ: 63.197.387/0001-38) Aplicação: BB RF LP CORPORATE BANCOS (CNPJ: 18.060.364/0001-22) II. Resgate: BB PERFIL FIC RF REF DI (CNPJ: 13.077.418/0001-49) Aplicação: BB RF LP CORPORATE BANCOS (CNPJ: 18.060.364/0001-22) III. Resgate: ITAÚ INST. GLOBAL DINÂMICO RF (CNPJ: 32.972.942/0001-28) Aplicação: ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FIC FI (CNPJ: 06.175.696/0001-73)
Ayrton Ciraulo Neto	Aprovado
Camila Pires de Sá Mariz Maia	Aprovado

Werton José Cabral Rodrigues Filho	Aprovado
Yuri Veiga Cavalcanti	Aprovado
Suzana Sitônio de Eça	Aprovado

Deliberadas todas as pautas, os membros evidenciaram todo o conteúdo da reunião e ficou acordado o envio da ata da reunião por 1DOC para assinatura de todos os presentes. Encerrou-se a reunião com os agradecimentos.

João Pessoa, 27 de julho de 2026.

Membros do Comitê de Investimentos	
Ayrton Ciraulo Neto	
Camila Pires de Sá Mariz Maia	
Werton José Cabral Rodrigues Filho	
Yuri Veiga Cavalcanti	
Suzana Sitônio de Eça	

Convidados	
Caroline Ferreira Agra	
Samuel Henrique Schuler Norat	
Carlos Eduardo de Oliveira Silva	
Felipe Mafuz Nogueira	

(ANÁLISE RENDA FIXA_JULHO/2026)

LEMA



AVISO LEGAL

A LEMA Economia & Finanças, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.813.501/0001-00 ("LEMA") é uma consultoria de valores mobiliários autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As recomendações foram elaboradas considerando as informações sobre perfil de risco, objetivos, horizonte de tempo, situação financeira e necessidades específicas informadas pelo cliente, além da legislação específica que rege os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social ("RPPS"). Esse documento não constitui, tampouco deve ser interpretado como oferta ou solicitação de compra ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. Esse relatório é baseado na avaliação dos fundamentos de determinados ativos financeiros e dos diferentes setores da economia.

A análise dos ativos desse documento utiliza como informação os resultados divulgados pelas companhias emissoras, gestoras, distribuidoras e suas projeções. A LEMA se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização desse documento ou seu conteúdo. Esse documento não pode ser reproduzido ou redistribuído para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento por escrito da LEMA. A decisão final em relação aos investimentos deve ser tomada unicamente pelo cliente, levando em consideração os vários riscos e custos incidentes, sempre em observância aos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. O cliente é o único responsável pelas decisões de investimento ou de abstenção de investimento que tomar em decorrência desse documento. Todas as classes de ativos financeiros possuem algum grau de risco, mesmo aquelas classificadas como de baixo risco, tais como títulos e fundos de investimento em renda fixa, bem como caderneta de poupança. Os desempenhos e/ou rentabilidades anteriores não são, necessariamente, indicativos e/ou garantias de resultados futuros e nenhuma declaração ou garantia, de forma expressa ou implícita, é feita em relação a desempenhos vindouros. As rentabilidades divulgadas não são líquidas de tributos, os quais podem variar conforme o tipo, modalidade e prazo de investimento.

LEMA



ANÁLISE

Elaboramos o presente material em atendimento à solicitação do Comitê de Investimentos do IPMJP, com o objetivo de avaliar a carteira de renda fixa do RPPS, identificando oportunidades de realocação de recursos entre as estratégias do segmento, de forma a otimizar a relação entre risco e retorno da carteira.

A análise inicia-se com a contextualização do cenário macroeconômico e da dinâmica da curva de juros, seguida de uma avaliação comparativa dos principais índices de renda fixa, contemplando métricas de desempenho, risco e sensibilidade às oscilações das taxas de juros. Essa abordagem permite identificar quais estratégias apresentam maior potencial de captura de retorno no ambiente econômico vigente, bem como os riscos associados aos diferentes fatores de exposição.

Na sequência, é realizada uma avaliação das estratégias que compõem a carteira do RPPS, bem como uma análise comparativa entre os fundos em carteira e os indicados para eventual aplicação de recursos, considerando suas características, desempenho histórico e contribuição esperada para a otimização da alocação, com o objetivo de subsidiar tecnicamente o processo decisório do Comitê de Investimentos.

O estudo tem como finalidade subsidiar tecnicamente o processo decisório do Comitê de Investimentos, especialmente no que se refere à eventual necessidade de ajustes na alocação, considerando o custo de oportunidade, o perfil de risco da carteira e os limites e diretrizes estabelecidos pela regulamentação vigente.

ANÁLISE_CENÁRIO ECONÔMICO

Em junho, a economia brasileira apresentou sinais mistos, com alguma recuperação da atividade, mercado de trabalho ainda resiliente e confiança do consumidor contida. O PMI Composto voltou ao campo de expansão, apoiado principalmente pelo setor de serviços, enquanto a indústria mostrou melhora limitada. A taxa de desocupação permaneceu em patamar historicamente baixo, contribuindo para a sustentação da renda e do consumo, embora as famílias ainda demonstrem cautela diante dos juros elevados e das incertezas econômicas.

Quanto ao dado de inflação, o IPCA avançou 0,16% em junho, desacelerando em relação à alta de 0,58% registrada em maio, mas ainda acumulando 4,64% em 12 meses, acima do teto da meta de inflação. A principal pressão sobre o índice veio do grupo Habitação, em razão do aumento da energia elétrica residencial, enquanto o grupo Alimentação e bebidas apresentou deflação, contribuindo para conter a inflação no período. Diante desse cenário, o Copom reduziu a taxa Selic para 14,25% ao ano e manteve uma postura cautelosa, ressaltando que a inflação permanece acima do teto da meta, as expectativas seguem desancoradas e o quadro fiscal continua representando um importante fator de risco para os ativos domésticos.

No cenário internacional, os Estados Unidos seguiram com atividade resiliente, mas com sinais de desaceleração no mercado de trabalho e inflação ainda acima da meta do Federal Reserve. Nesse contexto, o Fed manteve os juros inalterados, refletindo a persistência das pressões inflacionárias. Na zona do euro, a inflação desacelerou, mas a atividade permaneceu frágil, exigindo cautela do Banco Central Europeu que elevou a taxa básica de juros do bloco. A China manteve expansão moderada com desempenho desigual entre indústria e serviços, em meio à demanda interna ainda contida e às incertezas no setor imobiliário.

ANÁLISE_ÍNDICES DE RENDA FIXA

Índices	Retorno					Volatilidade				
	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
CDI	7,07%	14,77%	28,84%	44,05%	63,64%	0,01%	0,01%	0,10%	0,10%	0,09%
IDkA IPCA 2A	6,51%	12,54%	22,24%	32,54%	45,11%	2,16%	1,88%	2,23%	2,10%	2,31%
IDkA PRE 2A	4,46%	12,23%	22,14%	32,21%	55,09%	4,33%	3,47%	3,76%	3,48%	3,68%
IMA Geral ex-C	5,94%	12,88%	24,61%	35,25%	55,17%	2,20%	1,87%	1,96%	1,89%	2,04%
IMA-B	4,56%	9,16%	16,11%	20,32%	36,84%	5,39%	4,71%	4,93%	4,60%	4,79%
IMA-B 5	6,67%	12,30%	22,23%	32,36%	46,18%	2,05%	1,87%	2,09%	1,98%	2,10%
IMA-B 5+	2,92%	6,79%	12,05%	11,56%	30,00%	8,21%	7,13%	7,40%	6,98%	7,35%
IRF-M	4,54%	12,06%	23,54%	33,93%	56,71%	4,52%	3,69%	3,64%	3,31%	3,34%
IRF-M 1	6,77%	14,46%	28,07%	42,39%	62,17%	0,46%	0,35%	0,41%	0,40%	0,40%
IRF-M 1+	3,69%	11,13%	21,39%	30,21%	55,20%	6,14%	5,11%	5,25%	4,75%	4,85%

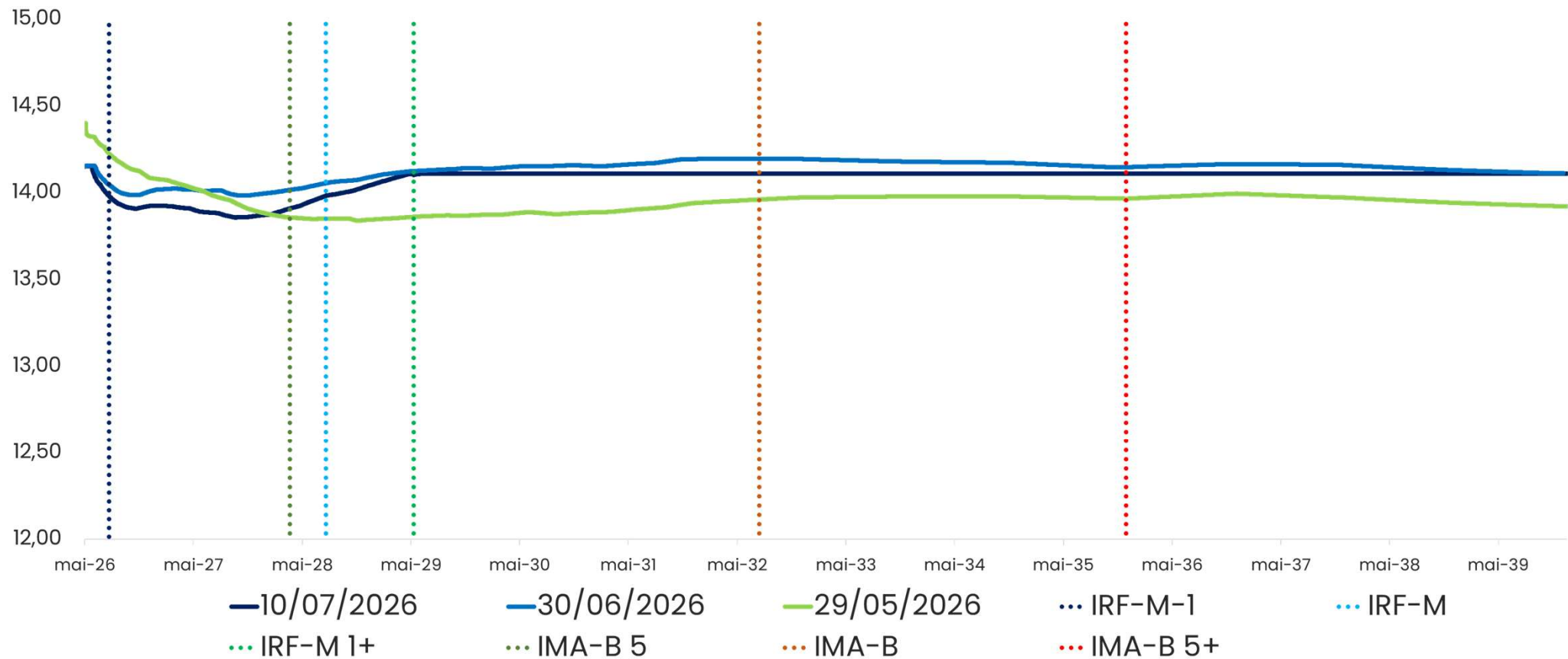
Fonte: Quantum Axis. Data-base: 08/07/2026.

IPMJJP

LEMA

ANÁLISE_ÍNDICES DE RENDA FIXA

Curva de Juros



Fonte: Comdinheiro. Elaboração: LEMA. Data-base: 13/07/2026.

IPMJJP

LEMA

ANÁLISE_ÍNDICES DE RENDA FIXA

A curva de juros permanece em patamares elevados, refletindo a cautela dos agentes de mercado quanto à convergência da inflação para a meta, às incertezas fiscais e ao ritmo esperado para a flexibilização da política monetária. Nesse contexto, as diferentes estratégias de renda fixa continuam apresentando comportamentos distintos, em função, principalmente, da *duration* das carteiras e de sua sensibilidade às oscilações da estrutura a termo das taxas de juros.

No grupo IRF-M, composto por títulos prefixados, a sensibilidade à curva nominal é direta. O IRF-M 1, de menor *duration*, apresenta comportamento mais defensivo e menor volatilidade. Já o IRF-M, com *duration* intermediária, e o IRF-M 1+, com *duration* mais elevada, possuem maior exposição às variações das taxas de juros, ampliando tanto o potencial de valorização em cenários de fechamento da curva quanto as perdas decorrentes de movimentos de abertura da curva. Dessa forma, as estratégias prefixadas de maior *duration* permanecem mais sensíveis às mudanças nas expectativas refletidas na curva de juros, apresentando maior volatilidade diante de alterações no cenário macroeconômico.

Na família IMA-B, o comportamento é semelhante. O IMA-B 5, por concentrar títulos indexados à inflação de menor prazo, tende a apresentar menor volatilidade, enquanto o IMA-B e, principalmente, o IMA-B 5+ incorporam maior *duration* e, consequentemente, maior sensibilidade às variações das taxas de juros. O mesmo racional se aplica aos índices IDkA IPCA, nos quais os vértices mais curtos apresentam comportamento mais estável, ao passo que as carteiras de prazo mais longo potencializam os ganhos em ciclos de fechamento da curva e as perdas em períodos de abertura.

Por sua vez, as estratégias pós-fixadas atreladas ao CDI permanecem favorecidas pelo elevado nível da taxa básica de juros. Além de oferecerem elevado carregio, apresentam baixa sensibilidade à marcação a mercado, característica que lhes confere menor volatilidade e maior previsibilidade de retorno, especialmente no curto prazo. Em um ambiente de incertezas quanto à velocidade do ciclo de flexibilização monetária, essas estratégias continuam desempenhando papel relevante na preservação da estabilidade da carteira, enquanto exposições em prefixados e títulos indexados à inflação devem ser calibradas conforme o horizonte de investimento e a tolerância ao risco do RPPS.

ANÁLISE_TÍTULOS EM CARTEIRA

TÍTULOS PÚBLICOS

Título	Vencimento	Participação
NTN-B	2026	3,57%
	2028	0,56%
	2030	1,44%
	2035	7,35%
	2040	9,91%
	2045	9,73%
	2050	7,79%
	2055	5,76%
	2060	15,77%
Total		61,91%

Fonte: Uno – Junho/2026

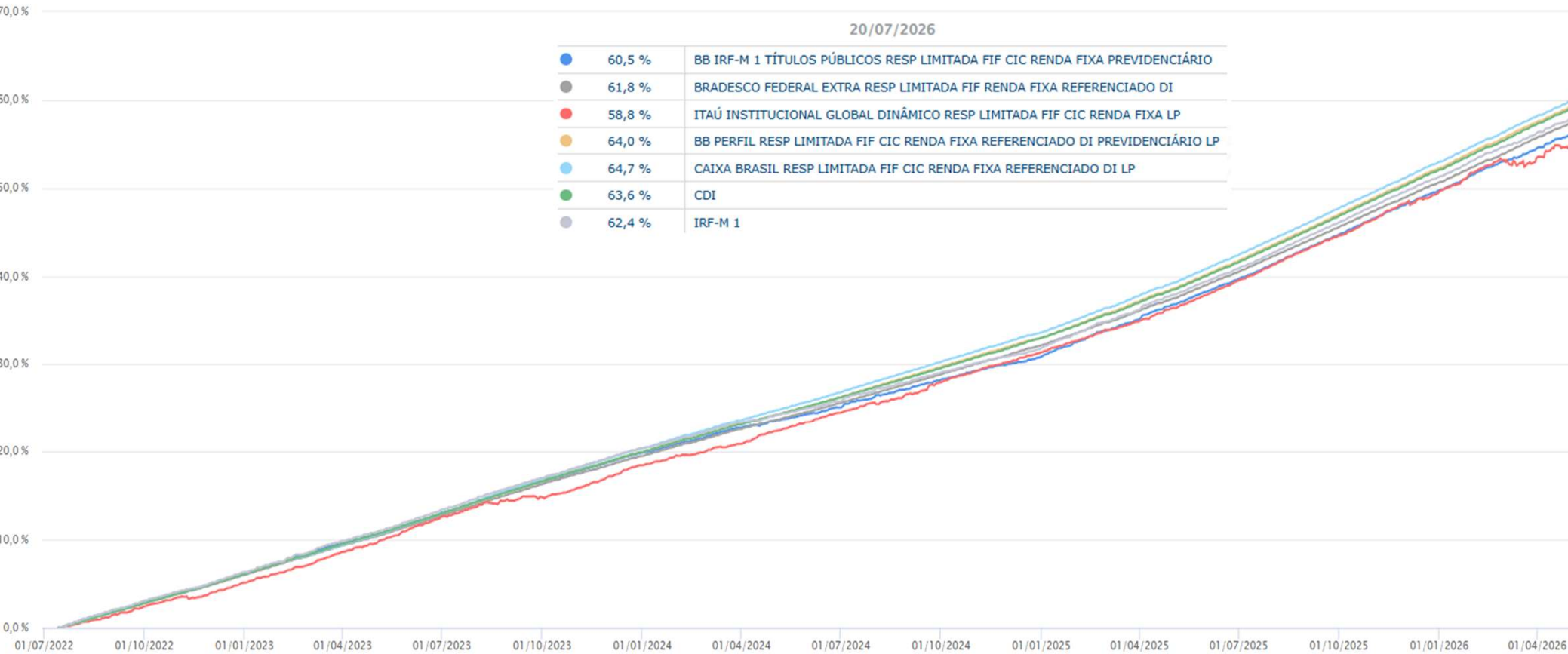
TÍTULOS PRIVADOS

Título	Vencimento	Participação
LF SANTANDER IPCA	30/11/2026	0,61%
LF BTG IPCA	04/06/2029	0,97%
LF SAFRA IPCA	10/04/2029	1,54%
LF BTG IPCA	08/05/2028	0,79%
LF SANTANDER IPCA	03/09/2026	0,80%
Total		4,71%

No contexto da renda fixa, vale destacar que a carteira do IPMJP possui 61,91% dos recursos alocados em títulos públicos federais de diferentes vencimentos e 4,71% em Letras Financeiras emitidas por instituições financeiras classificadas nos segmentos S1 e S2 da segmentação prudencial do Banco Central do Brasil. Esses ativos são mantidos com marcação na curva e, desde que carregados até o vencimento e preservadas as condições de crédito dos emissores, entregam a rentabilidade contratada no momento da aquisição, independentemente das oscilações da curva de juros ao longo de sua vigência. Dessa forma, essa parcela da carteira apresenta baixa sensibilidade à volatilidade de mercado, contribuindo para maior previsibilidade dos fluxos financeiros e da rentabilidade do portfólio.

ANÁLISE_FUNDOS EM CARTEIRA

Retorno acumulado - 15/07/2022 até 20/07/2026 (diária)



Fonte: Quantum Axis - 20/07/2026.

IPMJP

LEMA



ANÁLISE_CARTEIRA

No que se refere aos fundos de renda fixa, a carteira possui 16,13% dos recursos alocados em estratégias referenciadas ao CDI, 5,79% em estratégia atrelada ao IRF-M 1 e 0,67% em fundo de gestão ativa. Conforme observado no gráfico apresentado anteriormente, os fundos pós-fixados atualmente integrantes da carteira demonstraram desempenho aderente ao *benchmark* ao longo dos últimos 48 meses, evidenciando consistência na execução de suas estratégias e adequada captura do retorno esperado para essa classe de ativos.

O fundo atrelado ao IRF-M 1 também apresentou desempenho alinhado à estratégia adotada, com retornos próximos ao do índice de referência. O fundo de gestão ativa, por sua vez, naturalmente apresentou maior oscilação nos retornos ao longo do tempo, sendo impactado negativamente pelo contexto de juros elevado vivido no Brasil, o que influenciou o seu retorno acumulado abaixo do CDI no período selecionado.

Ressalta-se que o fundo BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF não foi incluído na análise de desempenho, por não possuir histórico compatível com a janela de 36 meses adotada e por se tratar de um fundo destinado à operacionalização de aplicações e resgates automáticos. Em razão dessa finalidade, o fundo apresenta taxa de administração superior à observada em fundos referenciados ao CDI, característica que reduz a rentabilidade líquida ao cotista.

ANÁLISE_BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS

CNPJ: 11.046.645/0001-81

Gestor: BB Asset Management

Custodiante: Banco do Brasil S.A

Data de Início: 15/03/2010

Taxa Global: 0,10% a.a

Aplicação Mínima: R\$ 10.000.000,00

Patrimônio líquido: R\$ 43.324.543,28 em 29/05/2026

Patrimônio médio em 12 meses (em mil): R\$ 42.516.846.413,82

Política de Investimentos: O fundo tem como objetivo acompanhar o desempenho das taxas de juros praticadas no mercado interbancário por meio da aplicação predominante em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses ativos. Essa estratégia confere ao fundo elevada liquidez, baixo risco de crédito e reduzida volatilidade, tornando-o uma alternativa conservadora para a alocação de recursos em estratégias pós-fixadas referenciadas ao CDI.

Fonte: Quantum Axis – 14/07/2026

IPMJP

Administrador: BB Asset Management

Auditor: KPMG

Tipo de Fundo: Fundo de Renda Fixa

Disponibilidade dos Recursos: Resgate em D+0

Benchmark: CDI

Enquadramento Resolução CMN nº 5.272/2025: Artigo 7º, Inciso I

LEMA



ANÁLISE_BB RF LP CORPORATE BANCOS

CNPJ: 18.060.364/0001-22

Gestor: BB Asset Management

Custodiante: Banco do Brasil S.A

Data de Início: 02/07/2013

Taxa Global: 0,20% a.a

Aplicação Mínima: R\$ 1.000.000,00

Patrimônio líquido: R\$ 41.165.129,93 em 30/06/2026

Patrimônio médio em 12 meses (em mil): R\$ 34.222.278.217,93

Política de Investimentos: O fundo tem como objetivo a valorização de suas cotas por meio da aplicação em ativos financeiros e cotas de fundos de investimento com prazo médio de carteira superior a 365 dias. Atualmente, sua carteira está integralmente alocada em cotas de três fundos de renda fixa geridos pelo Banco do Brasil, proporcionando diversificação e maior flexibilidade na gestão dos recursos.

Fonte: Quantum Axis – 14/07/2026

IPMJP

Administrador: BB Asset Management

Auditor: KPMG

Tipo de Fundo: Fundo de Renda Fixa

Disponibilidade dos Recursos: Resgate em D+0

Benchmark: CDI

Enquadramento Resolução CMN nº 5.272/2025: Artigo 7º, Inciso V

LEMA



ANÁLISE_FUNDOS

Índices	Retorno				Volatilidade				Sharpe			
	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
BB CORPORATE BANCOS RF LP	14,90%	29,35%	44,89%	44,89%	0,03%	0,12%	0,12%	0,12%	4,10	1,54	1,56	1,85
BB TP RF DI LP	14,72%	28,79%	43,87%	43,87%	0,02%	0,10%	0,10%	0,09%	-1,81	-0,33	-0,43	-0,44
BB PERFIL RF DI LP	14,88%	29,13%	44,39%	44,39%	0,05%	0,11%	0,11%	0,10%	2,22	0,93	0,71	0,59
BRADESCO FEDERAL EXTRA RF DI	14,41%	28,12%	42,83%	42,83%	0,02%	0,10%	0,10%	0,09%	-16,20	-2,99	-2,91	-3,10
CAIXA BRASIL RF DI LP	15,09%	29,68%	45,98%	45,98%	0,05%	0,11%	0,11%	0,10%	6,01	2,80	4,04	3,78
CDI	14,76%	28,87%	44,06%	63,66%	0,01%	0,10%	0,10%	0,09%	-	-	-	-

Fonte: Quantum Axis – 08/07/2026.

ANÁLISE_FUNDOS

O **BB RF DI TP** apresentou desempenho aderente ao seu *benchmark* ao longo das janelas analisadas, evidenciando comportamento aderente à estratégia proposta. O fundo também manteve baixo nível de volatilidade, resultado compatível com sua estratégia de investimento, predominantemente alocada em títulos públicos federais e operações compromissadas, demonstrando comportamento em linha com os objetivos propostos pelo fundo.

Já o **BB RF LP CORPORATE BANCOS** destacou-se entre os fundos analisados ao apresentar o segundo melhor desempenho em todas as janelas de rentabilidade avaliadas, sendo superado apenas pelo CAIXA BRASIL RF DI LP. Paralelamente, o fundo manteve baixo nível de volatilidade, refletindo adequada estabilidade dos retornos, e registrou Índice de Sharpe positivo em todos os períodos analisados, evidenciando uma relação risco-retorno consistente. Esses resultados indicam que a estratégia tem sido eficiente na geração de retorno ajustado ao risco, constituindo uma alternativa tecnicamente atrativa para compor a parcela pós-fixada da carteira, especialmente em um cenário de juros ainda elevados e busca por maior eficiência na alocação dos recursos.

Diante das análises realizadas, tanto o BB RF DI TP quanto o BB RF LP CORPORATE BANCOS apresentam características compatíveis com os objetivos da carteira de renda fixa do IPMJP, demonstrando aderência às respectivas estratégias de investimento, consistência operacional e enquadramento regulatório. Considerando que o IPMJP possui certificação Pro-Gestão RPPS Nível II, ambos os fundos encontram-se aptos para aplicação, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Nesse sentido, as movimentações propostas a seguir visaram manter o enquadramento atual da carteira, sem alteração dos percentuais totais alocados no Art. 7º, Inciso I e Art. 7, Inciso V.

CONCLUSÃO

A análise da carteira evidencia que o IPMJP possui uma estrutura de renda fixa predominantemente conservadora, com elevada participação de títulos públicos e privados marcados na curva, complementada por estratégias pós-fixadas por meio de fundos de investimento. Considerando o atual ambiente de juros ainda elevados, a manutenção de uma parcela relevante em estratégias referenciadas ao CDI continua proporcionando elevado carregamento, baixa volatilidade e reduzida sensibilidade às oscilações da curva de juros, características compatíveis com os objetivos previdenciários do instituto.

Sob a ótica das movimentações propostas, o resgate dos recursos atualmente alocados no **BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID**, com posterior aplicação no **BB RF DI TP**, ainda que não seja necessária, mostra-se tecnicamente viável, visando concentrar os recursos em uma estratégia pós-fixada aderente ao CDI, alinhada ao cenário atual e ao perfil conservador da carteira. Quanto ao **BB PREVID FLUXO SOBERANO RF**, eventual resgate integral também pode ser considerado, desde que o IPMJP não necessite da funcionalidade de aplicações e resgates automáticos proporcionada pelo fundo. Nessa hipótese, a migração para o **BB RF DI TP** tende a otimizar o retorno por conta da menor taxa de administração do fundo, preservando a exposição a uma estratégia conservadora aderente ao CDI.

Da mesma forma, a realocação dos recursos do **BB PERFIL FIC RF REF DI** para o **BB RF LP CORPORATE BANCOS** mostra-se adequada sob a ótica da estratégia de investimento, uma vez que ambos possuem estratégias pós-fixadas semelhantes. A substituição apresenta potencial, ainda que limitado, para elevar a eficiência da parcela alocada em fundos DI, mantendo o nível de risco semelhante.

CONCLUSÃO

Adicionalmente, caso o Comitê de Investimentos delibere pela redução da volatilidade da carteira, poderá ser avaliado o resgate integral dos recursos aplicados no **ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO RF**. O fundo adota uma estratégia de gestão ativa, buscando gerar retorno superior ao CDI por meio de alocações táticas entre diferentes segmentos da renda fixa. Essa abordagem amplia a exposição ao risco de mercado, tornando o desempenho mais dependente da assertividade da antecipação dos movimentos da curva de juros por parte do gestor do fundo. No atual contexto de Selic elevada, o próprio CDI oferece um nível de carregamento expressivo, reduzindo o prêmio esperado pela assunção desse risco adicional. Nesse cenário, a migração dos recursos para o **ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FIC FI (CNPJ: 06.175.696/0001-73)** mostra-se uma alternativa possível e alinhada a uma estratégia conservadora com menor volatilidade.

Dessa forma, conclui-se que as movimentações propostas preservam o enquadramento da carteira no segmento de renda fixa e se mostram compatíveis com a estratégia de investimento do IPMJP. Em conjunto, as substituições sugeridas tendem a contribuir, ainda que de forma limitada, com a eficiência da alocação, sem comprometer a adequada relação entre risco, retorno e liquidez exigida para o cumprimento dos objetivos atuariais do instituto.

Por fim, destaca-se que não se propõe o aumento da exposição total a fundos de renda fixa, mas uma realocação dentro do segmento, com o objetivo de otimizar a composição da carteira, observando a carteira sugerida no estudo de ALM elaborado em abril de 2026. Nesse contexto, além da alocação direta em títulos públicos sugerida no estudo, deve-se acompanhar o nível de liquidez da carteira diante das alterações financeiras e atuariais do RPPS, o que reforça a conveniência de manter os fundos referenciados ao CDI no portfólio.



PARA TODOS
OS RPPS.



Posicione sua
câmera no QR Code
e conecte-se com
a gente!





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D598-8F90-6577-7189

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AYRTON CIRAULO NETO (CPF 008.XXX.XXX-28) em 28/07/2026 11:47:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAMILA PIRES DE SÁ MARIZ MAIA (CPF 049.XXX.XXX-06) em 28/07/2026 11:53:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ YURI VEIGA CAVALCANTI (CPF 058.XXX.XXX-37) em 28/07/2026 11:59:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAROLINE FERREIRA AGRA (CPF 024.XXX.XXX-08) em 28/07/2026 12:13:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SUZANA SITONIO DE ECA (CPF 087.XXX.XXX-02) em 28/07/2026 17:15:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WERTON JOSÉ CABRAL RODRIGUES FILHO (CPF 072.XXX.XXX-92) em 29/07/2026 07:42:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D598-8F90-6577-7189>